

Espaços de aprendizagem : Revista Pesquisa Fapesp

Léo Ramos Chaves

Há duas datas previstas em lei para a universalização das bibliotecas nas escolas públicas do Brasil. Pela Lei nº 12.224, de 2010, todas as unidades de ensino devem estar equipadas com bibliotecas até 2020; pelo Plano Nacional da Educação (PNE), até 2024. Parece difícil imaginar que qualquer um desses prazos será cumprido. Segundo o Censo de 2017 do Ministério da Educação (MEC), 61% das escolas ainda não têm bibliotecas. Além disso, desde 2015 está suspensa a distribuição de livros pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) do governo federal.

Para avaliar o impacto das bibliotecas no aprendizado dos alunos e pesar quais são os fatores que garantem um funcionamento eficaz, o Instituto Pró-Livro (IPL) – fundado em 2006 por associações nacionais de editoras – promoveu pesquisa em 17 estados do país envolvendo cerca de 500 escolas (de um total de 142.573) com bibliotecas ou salas de leitura que participaram da Prova Brasil em 2015. Os resultados iniciais do estudo, intitulado “Retratos da leitura – Biblioteca escolar”, foram anunciados em abril.

“Temos duas conclusões principais”, informa a socióloga Zoara Failla, gerente de pesquisas do IPL. “A primeira é que bibliotecas e salas de leitura promovem melhor desempenho dos alunos em português e matemática. A outra é que o impacto se torna maior conforme aumenta a vulnerabilidade social das regiões em que as escolas se inserem.” O objetivo principal foi correlacionar os dados obtidos na aplicação de questionários presenciais com os resultados de desempenho medidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O índice Saeb é composto pelos resultados da Prova Brasil e da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb). O Ideb é calculado segundo duas variáveis apuradas pelo MEC: as taxas de aprovação e evasão, levantadas pelo censo educacional, e as médias do Saeb. Ambas são divulgadas a cada dois anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do MEC. O Ideb tem escala de 0 a 10, servindo como um ranking das escolas. Já a escala Saeb é um medidor de aprendizagem dos alunos e vai de 0 a 500, para cada disciplina.

Nas instituições de regiões mais vulneráveis o impacto chega a 0,5 no Ideb. Para efeito de comparação, entre 2015 e 2017 o Ideb do país cresceu 0,3 ponto. A escala Saeb também indica avanços. O desempenho em português aumenta 5 pontos, na comparação entre a escola em que a biblioteca funciona melhor e aquela em que funciona pior. Esses 5 pontos equivalem a meio ano de aprendizado entre a 5ª e a 9ª séries. Outro dado significativo se refere à presença de um bom acervo nas bibliotecas escolares, com crescimento de 6 pontos em português e 10 pontos em matemática. Em relação ao Ideb o aumento é de 0,4 ponto.

O economista Sérgio Firpo, professor do Insper, realizou o trabalho de metodologia, amostra e análise com três colegas do instituto. Sua interpretação é que o ensino público, ao constituir bibliotecas escolares, supre aquilo que as famílias mais ricas oferecem a seus filhos em casa. “Muitos

alunos vêm de contextos que não têm a cultura do livro, mas terão que se inserir em uma sociedade em que o livro é fundamental, mesmo com o avanço das tecnologias digitais”, diz Regina Zilberman, professora do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Bibliotecas e salas de leitura promovem melhor desempenho dos estudantes em português e matemática

Cinco tópicos

A primeira fase do estudo do IPL foi delimitar a amostra a ser pesquisada de acordo com as notas obtidas em português e matemática, formando um grupo das melhores escolas e outro das piores. Essas amostras foram organizadas em quatro níveis de indicadores socioeconômicos. Partiu-se então para entrevistas com diretores, professores de português e responsáveis pelas bibliotecas.

Os questionários abordaram cinco tópicos: espaço físico; acervo; atendimento e perfil do responsável pela biblioteca; serviços e atividades curriculares e extracurriculares; e recursos eletrônicos que deem acesso a outras bibliotecas. Os parâmetros foram definidos em 2008 em trabalho conjunto do Conselho Federal de Biblioteconomia e do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenado pela professora Bernadete Campello, da própria UFMG. Constatou-se que em 37% das escolas as bibliotecas ou salas de leitura são de uso compartilhado com outras atividades. Na correlação entre o espaço físico e o Ideb, as escolas com melhores condições atingem 0,2 ponto no Ideb acima das escolas do fim da lista.

Considerando-se o impacto da qualidade do acervo no aprendizado, o ganho no índice Saeb é de 6 pontos em português e de 10 em matemática; no Ideb é de 0,4 ponto. Os dados também sugerem alguma desatenção com os acervos das bibliotecas. Uma parcela de 62% dos entrevistados responsáveis por bibliotecas considerou seus acervos compatíveis com a quantidade de alunos, mas 60% não souberam informar quantos eram os títulos e exemplares existentes. Apenas 47% declararam catalogar o acervo com frequência.

Segundo Zilberman, da UFRGS, desde os anos 1980, quando a discussão em torno da formação de leitores começou a se aprofundar, as bibliotecas escolares passaram a ser vistas por teóricos e pesquisadores também como espaços de aprendizado e promoção de atividades. Na pesquisa do IPL, 44% dos profissionais responsáveis por espaços de leitura afirmaram que suas atividades estão ligadas aos conteúdos de sala de aula.

Ter um responsável pela biblioteca que desenvolva atividades relacionadas ao projeto pedagógico aumenta o desempenho dos alunos em português em 4 pontos nas notas do Saeb, de acordo com o estudo do IPL. Nas escolas de regiões mais vulneráveis a magnitude da correlação sobe para 16 pontos na escala Saeb. Entretanto, a finalidade básica da formação de leitores, que é o interesse pela literatura e não apenas o uso de livros didáticos, ainda não é bem atendida. A pesquisa mostra que apenas 40% dos profissionais das bibliotecas escolares indicam sempre literatura aos estudantes. “É nessa etapa do ensino que as crianças estão mais propensas a se tornarem leitoras, desde que incentivadas”, adverte Campello.

Uma das intenções da pesquisa, explica Failla, é oferecer subsídios para a adoção de políticas públicas, preferencialmente com debate prévio. “Se fosse necessário escolher os dois fatores mais importantes para tornar as bibliotecas mais eficientes, os investimentos deveriam ser em tecnologia e na formação de mediadores”, diz Campello. Das escolas pesquisadas, 61% não possuem computadores. Quanto aos mediadores, a pesquisa revela que 52% dos responsáveis por bibliotecas são professores e apenas 12% bibliotecários. Segundo Campello, uma biblioteca escolar ideal deveria combinar a formação generalista e organizadora dos bibliotecários com o conhecimento das disciplinas curriculares pelos professores.

Em breve os dados da pesquisa devem estar disponíveis para consulta na Plataforma Pró-Livro, no site da instituição. “Nossa expectativa é dar acesso às tabelas para que especialistas avaliem as respostas com mais profundidade”, diz Failla. “A multiplicidade de dados não permite estabelecer relações de causa e efeito, mas produz indicativos bastante confiáveis de correlações. Quanto mais as análises forem refinadas, mais claros serão os mecanismos do impacto das bibliotecas no aprendizado”, avalia Firpo.